

POSTURA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL FRENTE A INSTITUIÇÃO ESCOLAR¹

Andreli dos Santos Boza²
andreli_7@hotmail.com
Eliane Ribeiro³
lianegaldino@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir e analisar sobre a Orientação Educacional diante das perspectivas atuais da Escola. Discute a trajetória histórica da Orientação, no nosso país que teve início num enfoque mais psicológico, que ressaltava o ajustamento do aluno à escola, à família e à sociedade para se firmar, hoje, numa dimensão mais pedagógica com ênfase num conhecimento que promova/possibilidade a transformação do sujeito, da escola e da própria sociedade. Traz ainda uma discussão da Orientação suas funções e atividades dentro da escola identificando seu papel na Instituição sua colaboração para superar junto com/na escola seus desafios no/ do cotidiano, e as possibilidades que temos para um trabalho articulado integrado, no qual a mediação é o eixo da realização das nossas atividades na escola.

Palavras-Chave: Orientação Educacional, Papel do Orientador, Instituição Escolar, Mediador.

INTRODUÇÃO

Podemos dizer, de modo geral, que a Orientação teve início nos primórdios da humanidade, sendo realizada pelos pais, pelos membros mais velhos da família, pelos chefes da tribo, pelos chefes religiosos etc. É bem verdade que a Orientação nessa época, era feita assistematicamente, empiricamente, e apenas num sentido: o Orientador é quem guiava, ditava as regras, comandava, era o dono absoluto da verdade.

Assim, o presente artigo buscou mostrar no momento atual, as ações que o Orientador Educacional deverá desenvolver com uma finalidade de promover uma

¹ Artigo apresentado à Faculdade Afirmativo/Prisma como requisito final para obtenção do título de especialista em Gestão, Orientação Educacional e Supervisão Escolar.

² Graduada em Pedagogia pela FAEC – Faculdade de educação de Colorado do Oeste.

³ Graduada em Pedagogia pela FIAR – Faculdades Integradas de Ariquemes.

transformação no contexto pedagógico ou de realizar uma relação de ajuda. Isto é, se orientar para produzir bons resultados dentre alguns segmentos da Instituição Pedagógica.

Na primeira parte do texto enfocamos a Abordagem Histórica da Orientação Educacional, que teve início de sua trajetória em nosso país caracterizada pelos aspectos individualistas, com ênfase na abordagem psicológica: privilegiava os “testes psicólogos” e o encaminhamento das questões numa linha convencional e preventiva, trabalhando com “alunos-problema” ou com alunos que apresentassem desajustamentos.

A segunda parte desse artigo apresenta o conceito e o papel do Orientador Educacional que fala sobre o processo organizado e permanente que existe na escola, tendo como principal papel ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico.

A terceira parte vem apresentando a Orientação Educacional, hoje, nas Escolas, que busca compreender a sociedade em que insere o aluno, busca interpretar a relação escola e sociedade, e objetiva, também, trabalhar com o aluno real e concreto, com suas necessidades, interesses e ideais.

A intenção desse artigo não é fornecer modelos de escola, o que seria incoerente, mais sim mostrar no trabalho da Orientação Educacional, um trabalho coletivo que não se faz isoladamente, que requer a colaboração de uma equipe escolar na busca de melhoria da qualidade de ensino, bem como na busca de uma sociedade mais justa, mais democrática e humana.

1. Abordagem Histórica

A Orientação Educacional, praticamente, surgiu no início do século XX, nos Estados Unidos, e com o fito primeiro de orientar os estudantes para uma adequada

escolha de trabalho, com intenções, pois, de orientação profissional. Mas o contato direto com o educando foi revelando as suas inseguranças e dificuldades, ampliando-se, então, a ação para uma assistência mais ampla e completa, a fim de melhor orientá-lo para a vida pessoal.

No sentir de Nérici (1992:21) Tudo indica que a Orientação Educacional, na esfera profissional, surgiu em 1895, em São Francisco, e em 1898, em Boston, por obra de Frank Parson, também, em 1908, organizou o “Bureau of Vocational Guidance” e em 1909 escreveu “Choosing a Vocation” – Houghton.

“Logo no início do século XX deu-se uma ampliação natural no campo da Orientação, obedecendo à necessidade de assistir o educando no desenvolvimento de todas as suas estruturas – física, mental, moral, social, estética, científica, política e religiosa.”

Já no cenário brasileiro a Orientação Educacional teve início também no campo específico da orientação profissional. Os primeiros trabalhos começaram em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com o Prf. Roberto Mange, engenheiro suíço, que foi contratado pelo Governo brasileiro para lecionar na Escola Politécnica de São Paulo. Esses trabalhos, que tiveram a ajuda de Henri Pieron e de sua esposa, apresentavam como objetivo selecionar e orientar os alunos matriculados no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.

Em 1930, sob a direção de Roberto Mange e de seu colaborador Ítalo Bologna, na Estrada de Ferro Sorocabana, inicia-se um serviço de sistematização de seleção, orientação e formação de aprendizes, que eram mantidos por aquela estrada de ferro junto às oficinas da Sorocabana, em São Paulo. Em 1934, observa-se a criação do Centro Ferroviário do Ensino de Seleção Profissional (CFESP), centro este ligado aos cursos mantidos pela estrada de ferro.

Em 1931, Lourenço Filho criou o primeiro serviço público de Orientação Profissional no Brasil, que depois prosseguiu no Instituto de Educação na Universidade de São Paulo, tendo sido extinto, entretanto, em 1935.

Em termos de tentativas isoladas de Orientação, nos moldes americano ou europeu, começam a ser estruturados os serviços de orientação nas escolas, cuja experiência pioneira é de Aracy Muniz Freire e de Maria Junqueira Schmidt, no Colégio Amaro Cavalcanti, no rio de Janeiro, em 1934.

Em 1937, no antigo Instituto Profissional Masculino foi criado um gabinete de psicotécnica destinado a orientar os alunos do 1º ano daquele instituto na escolha dos seus cursos profissionais secundários. Em 1938, o Instituto nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) criou uma subdivisão, âmbito nacional, para implantar a orientação educacional.

Em 1939, o Governo Federal, preocupado com o problema de formação de mão-de-obra industrial, constituía uma comissão interministerial incumbida de regulamentar o Decreto-lei 1238/39 que dispunha, dentre outros objetivos, sobre cursos de aperfeiçoamento profissional. Integrava essa comissão, entre outros educadores, o Prof. Joaquim Faria Goes Filho, que foi seu relator.

Surgem, então, nesse momento, as Leis Orgânicas, que reforçam tal dicotomia, fazendo com que a Orientação tivesse um papel importante para os legisladores, ratificando, através das escolhas dos alunos, os cursos escolhidos. A regulamentação da Orientação educacional a partir de 1942 está significativamente ligada a sua origem na área da Orientação Profissional. O orientador poderia ser considerado como “ajustador”, isto é, cabia a ele ajustar o aluno à escola, à família e à sociedade, a partir de parâmetros eleitos por essas instituições como sendo os de desempenhos satisfatórios.

A formulação mais precisa, no entanto, segundo Nérice (1992:22) aparece na Lei Orgânica no Decreto da Lei nº 4.424 de 09/04/42 quando diz o artigo 81:

É função da Orientação educacional, mediante a necessária observação, cooperar no sentido de cada aluno se encaminhe convenientemente nos estilos e na escolha de sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com sua família. (Art.81 Lei nº 4.424, de 09/04/42).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, a Orientação volta a ter lugar na Educação Brasileira, com a inclusão de um capítulo, ressaltando-se, agora, a formação de orientadores de educacionais para os cursos primário e secundário. Embora a LDB caracterize esses dois tipos de orientadores, na verdade ocorre uma ênfase da Orientação no ensino médio.

O orientador respondia, na escola, pelo estabelecimento de um “clima educativo” que propiciasse ao aluno a consecução de seus objetivos educacionais, conforme a lei proclamava.

Dada a sua importância no processo educativo, a orientação educacional não pode ser considerada apenas como imperativo legal: muito mais do que isto, é realmente uma necessidade de fato.

2. Conceituação e Papel do Orientador Educacional

A Orientação educacional (OE) é um processo organizado e permanente que existe na escola. Ela busca a formação integral dos educandos (este processo é apreciado em todos os seus aspectos, tido como capaz de aperfeiçoamento e realização), através de conhecimentos científicos e métodos técnicos. A OE é um sistema que se dá através da relação de ajuda entre Orientador, aluno e demais segmento da escola; resultado de uma relação entre pessoas, realizada de maneira organizada que acaba por despertar no educando oportunidades para amadurecer, fazer escolhas, autoconhecer e assumir responsabilidades (MARTINS, 1984).

O objetivo da Orientação Educacional, segundo Fontoura “[...] é exatamente o de ocupar-se com a personalidade do educando, ajudando-o a resolver seus próprios problemas psicológicos e morais, bem como a tomar uma posição ético-filosófica em face dos problemas no mundo e da comunidade.” (2008:291)

Katz (1963 apud MARTINS, 1992) considera que a missão do Orientador Educacional levar o aluno a identificação dos valores intrínsecos e, a partir disto, ele estará apto a perceber e fazer suas escolhas.

Uma das atribuições que o Orientador Educacional deveria assumir segundo Garcia (1992), é a identificação da filosofia educacional da escola, para poder esclarecer esta filosofia tanto para a equipe escolar, assim como para tentar associar forças para definir melhor o Projeto Pedagógico da Escola, buscar mudanças para melhor atender aos alunos e oferecer suporte para os educandos em seu desenvolvimento.

Para Garcia (2003) cabe ao Orientador Educacional buscar elementos vigentes da realidade do aluno para discutir e refletir junto à equipe escolar (professores, diretores, supervisores, entre outros) a fim de contribuir no processo de ensino-aprendizagem. Nesta discussão os alunos, bem como seus pais, também poderão participar, já que são partes do processo.

O Orientador Educacional quando leva para escola a realidade do aluno, para ser trabalhada contextualizada com os conteúdos do currículo, contribui para a promoção do aluno e o desenvolvimento de sua aprendizagem. Uma vez que a Orientação Educacional não existe para padronizar os educandos nos conceitos escolhidos como ajustados, disciplinados e responsáveis “o importante é a singularidade dentro da pluralidade, do coletivo” (GRISPUN, 2003: 29)

O serviço de Orientação Educacional é muito urgente para a juventude, que se vê desprotegida e sozinha em face aos problemas que existe no mundo, tais como: a escassez de comida, a diminuição do poder da família sobre os jovens, desorientação política, entre outros, em conseqüências disso aumentam os problemas psicológicos de cada um dos jovens, surgindo conflitos e desajustamento na família, escola, emprego e, principalmente, dentro de sala de aula. Para combater tantos males, Fontoura afirma:

Um dos remédios para combater tantos males será, pois Orientação Educacional, compreendida não como um simples auxílio na direção dos estudos, mas sim como uma orientação integral da personalidade, tanto no campo pedagógico (orientação nos estudos) como no campo psicológico (orientação de atitudes e tomar em face dos vários problemas da comunidade e do mundo [...]) (FONTOURA, 1970:292).

As programações do serviço de Orientação Educacional devem contemplar as famílias, já que a família é um elemento que interfere primordialmente na educação dos indivíduos. Deste modo, ela deve ser um agente de cooperação para

a concretização dos projetos da orientação educacional. O Orientador deve expor a todos os pais os propósitos que apresenta o programa do serviço de Orientação Educacional, como também levar a conhecimento dos pais que é indispensável à atuação em equipe da família-escola diante o problema apresentado pelo educando, conforme MARTINS (1984).

Na ótica de Martins (1984), nestes casos, o Orientador Educacional deve sustentar estreitas ligações com a família para conhecer melhor o próprio educando, bem como a família que este pertence. Para manter laços próximos com a família, até mesmo para conhecê-la realmente, o serviço de Orientação Educacional poderá realizar visitas cordiais as residências dos educandos, considerados problemáticos, ou quando as circunstâncias assim exigirem a participação da família para solucionar o problema, sendo que nesta ocasião o orientador deve manter um clima de cordialidade e franqueza, a fim de que os pais possam compreender qual o real sentido do trabalho do Orientador Educacional.

O trabalho da Orientação Educacional é árduo e de longo prazo. Ele inicia com o diagnóstico do problema, vai para o levantamento dos dados sobre a causa deste e, posteriormente elabora um planejamento com alternativas de soluções levando em consideração os resultados da análise das prioridades do nível socioeconômico e cultural da comunidade que o aluno está inserido.

Assim sendo então, Orientação Educacional ao desenvolver seu trabalho visa levar os jovens ao amadurecimento consciente, que, por conseguinte reflete num desenvolvimento digno e virtuoso dentro da sociedade.

3. A Orientação Educacional, hoje, nas Escolas

Antes tido como responsável por encaminhar os estudantes considerados “problemas” a psicólogos, o Orientador Educacional ganhou uma nova função, perdeu o antigo e pejorativo rótulo de delegado e hoje trabalha para intermediar os conflitos escolares e ajudar os professores a lidar com alunos com dificuldades de aprendizagem.

Regulamentado por decreto federal, o cargo é desempenhado por um pedagogo especializado (nas redes públicas, sua presença é obrigatória de acordo com leis municipais e estaduais). Enquanto o coordenador pedagógico garante o cumprimento do planejamento e dá suporte formativo aos educadores, ele faz a ponte entre estudantes, docentes e pais.

Recentemente, o Orientador passou a atuar de forma a atender os estudantes levando em conta que eles estão inseridos em um contexto social, o que influencia o processo de aprendizagem. Essa mudança tem a ver com a influência de teóricos construtivistas, como Jean Piaget (1896-1980), Lev Vygostky (1896-1934) e Henri Wallon (1879-1962), nos projetos pedagógicos das escolas, cada vez mais pautados pela psicologia do desenvolvimento – o estudo científico das mudanças de comportamento relacionadas à idade durante a vida de uma pessoa.

A Orientação, hoje, tem que se desenvolver através de um trabalho participativo, onde o currículo deve ser construído por todos, e onde a interdisciplinaridade deve ser buscada, para melhor compreensão do processo pedagógico da escola.

A concepção de Orientação Educacional deve, hoje, estar comprometida com:

1) a construção do conhecimento, através de uma visão da relação sujeito-objeto, em que se afirma, ao mesmo tempo, a objetividade e a subjetividade do mundo, esta considerada com um momento individual de internalização daquela;

2) a realidade concreta da vida dos alunos, vendo-os como atores de sua própria história;

3) a responsabilidade do processo educacional na formação da cidadania, valorizando as questões do saber pensar, saber criar, saber agir, e saber falar na prática pedagógica;

4) a atividade realizada na prática social, levando-se em consideração que é dessa prática que provém o conhecimento, e que ele se dá como um empreendimento coletivo;

5) a diversidade da educação, questionando valores pessoais e sociais, submersos nos atos da escolha e da decisão do indivíduo;

6) a construção da rede de subjetividade que é tecida em diferentes momentos na escola e por ela;

7) o planejamento e a efetivação do projeto do projeto político-pedagógico da escola em termos de sua finalidade, considerando os princípios que os sustentam, portanto, a filosofia da educação, que o fundamenta, e as demais áreas que o articulam.

Enfim, ao se pretender fazer uma Orientação de maior qualidade, temos que partir dos pressupostos teóricos que a alicerçam – em uma linha mais pedagógica – sinalizando para uma prática diversificada (portanto, não são as técnicas que vão responder por um modelo único de Orientação), interpretando esses dois momentos como indispensáveis para a consecução dos objetivos que ela deseja alcançar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que fundamentou todo esse texto foi mostrar a importância da Orientação Educacional frente à Instituição Escolar. Para chegar a este objetivo, optamos por retomar a história da Orientação como fio condutor desse trabalho, sinalizando na sua trajetória as práticas existentes no seu processo.

Tanto na realidade atual analisada como na revisão literária, percebemos que são inúmeros desafios que a escola hoje tem que enfrentar, pois inúmeros são os desafios da própria sociedade, em ritmo crescente de mudança em todos os segmentos.

O desafio maior é educar crianças e adolescentes num mundo em crise, com mudanças substanciais. Precisamos priorizar ações que enfrentem esses desafios. Em face desse quadro é comum encontrarmos perguntas que se fazem na escola em relação à Orientação Educacional:

- A Orientação Educacional deve ser oferecida para todos os alunos ou apenas para aqueles que apresentam mais dificuldades/ desajustes na escola?

- Como trabalhar os aspectos pedagógicos quando se apresentam muitos aspectos psicológicos que deveriam ser atendidos?

- Qual a “formula” de sucesso para Orientação Educacional bem sucedida na escola. Quais os ingredientes dessa formula?

A Orientação Educacional, então, em face deste mundo que vivemos, tem um papel preponderante, de ajudar, em especial, o aluno a perguntar, a pesquisar e a criar (PPC) além de refletir e agir.

Perguntar, isto é, fazer com que os alunos realizem muitas perguntas, provocando-os instigando-os a pensar, como forma permanente de buscar o saber e nele ampliar os seus conhecimentos.

Pesquisar, isto é, procurar respostas e alternativas ao trabalho desenvolvido, e, nesse sentido do conhecimento, ensejar, também, o melhor conhecimento de suas possibilidades e necessidades.

Criar, isto é, oferecer ao aluno condições para que ele possa criar alternativas de melhor adquirir o conhecimento e melhores meios de conquistar e realizar suas propostas de vida.

Em resumo, em face das transformações que vivemos no mundo e que se repercutem em todas as Instituições, o papel da Orientação Educacional é muito mais significativo, ao possibilitar ao sujeito compreender e analisar esse mundo, compreendendo-se nesta relação com o outro, e também ajudando a Escola na interação de suas relações e de seu projeto político-pedagógico, de modo que possamos viver e conviver neste mundo de forma mais crítica e consciente,

buscando alternativas, criando estratégias para uma escola de mais qualidade, uma sociedade mais justa e um mundo que aposte na paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTOURA, Amaral. **Introdução a Sociologia**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1970.

GIACAGLIA, Lia Renata Angelini e PENTEADO, Wilma Millan Alves. **Orientação Educacional na Prática: princípios, técnicas, instrumentos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GRISPUN, Mírian. P.S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 2006.

GRISPUN, Mírian. P.S. Zippin (org). **A Prática dos Orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez. 1994.

GRISPUN, Mírian. P.S. Zippin (org). **Supervisão e Orientação Educacional: Perspectivas de integração na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, José do Prado. **Princípios e métodos da Orientação Educacional**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1984.

NÉRICI, Imidio Giuseppe. **Introdução a Orientação Educacional**. 5. ed. São Paulo: Atlas 1992.